

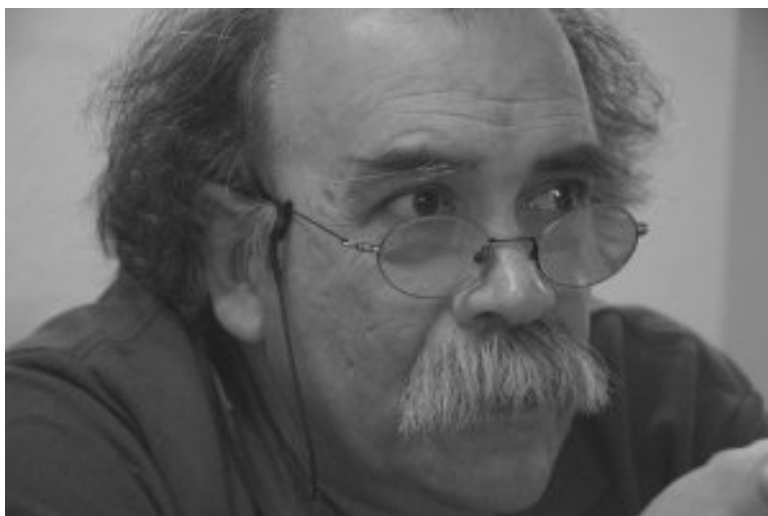


O POVO de GUIMARÃES – 29-12-2006

ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE NÃO QUER SÍMBOLOS RELIGIOSOS NAS SALAS DE VOTO

A Associação Cívica alertou a Comissão Nacional de Eleições para o facto, antecipando o referendo sobre a despenalização do aborto

SUSANA MACHADO



Luis Mateus, Presidente da Associação Cívica República e Laicidade (R&L) apresenta, em entrevista ao PG, a acção e os ideais desta associação que, desde 2003, tenta contribuir para a formação de indivíduos livres, responsáveis e intervenientes no governo da «cidade comum».

Em conversa sobre a acção da instituição que preside, o dirigente explica ainda posições de cariz anticlerical que a Associação tem vindo a defender.

«O POVO DE GUIMARÃES»: Quais os principais objectivos da Associação Cívica República e Laicidade?

LUIS MATEUS: A associação República e Laicidade (R&L) assume-se, simultaneamente, em dois grandes objectivos complementares: contribuir para fazer de cada um de nós um actor político, alguém que se recusa a ser «súbdito» de qualquer poder majestático e se assume como um «cidadão» de corpo inteiro, como um indivíduo plenamente emancipado, responsável e interveniente no governo da «cidade comum»; contribuir para fazer de cada um de nós uma pessoa de opinião e convicção que, contudo, saiba ser tolerante, ou seja, que

O POVO de GUIMARÃES – 29-12-2006

saiba aceitar que os outros possam manter e desenvolver opiniões e convicções diferentes das suas.

«República» e «Laicidade» constituem, pois, os dois conceitos políticos indissociáveis que motivam os membros daquela associação. De notar que na ideia de «República» cabe ainda o projecto de constituição de uma sociedade de indivíduos iguais em direitos e deveres cívicos; uma sociedade que, colocando o «interesse geral» acima dos «interesses particulares», disponibilize com justiça, equitativamente, entre seus membros, o máximo de oportunidades de realização pessoal. A ideia de «Laicidade», por seu turno, compreende também a noção de um «espaço público» disponível para todos e que, portanto, não possa ser apropriado, em permanência e de modo exclusivo, por qualquer grupo social, tenha ele a matriz – ideológica, filosófica, linguística, confessional, religiosa, histórica, racial, estética, económica, etc. – que tiver.

Desde quando existe esta Associação?

A R&L foi formalmente constituída no início de 2003, embora alguns dos seus principais fundadores já viessem a desenvolver uma actividade continuada nas suas áreas de preocupação, quer individual, quer conjuntamente, pelo menos desde 1998.

No plano nacional, que acções a caracterizam?

Embora sem lograr um inteiro sucesso numa sua diligência primeira que visaria afirmar, de uma forma clara e positiva, as principais perspectivas políticas que defende e promove – já que se tem revelado extremamente difícil ultrapassar o «crivo censório» de um discurso instalado («politicamente correcto»), dominante e único que controla muita da nossa comunicação social –, a associação R&L tem-se essencialmente vindo a afirmar, junto do grande público, através de acções de denúncia de algumas situações atávicas e aberrantes que ainda marcam o nosso quotidiano, tais como sejam: a persistência de símbolos religiosos (crucifixos) nas salas de aula das nossas escolas públicas; a realização de cerimónias confessionais católicas assumidas como actividades curriculares lectivas naquelas mesmas escolas públicas; a presença, em lugar destacado, de autoridades eclesiásticas, bem como de um (suposto) herdeiro da monarquia portuguesa, nas cerimónias públicas oficiais; a realização de cerimónias rituais católicas em actos públicos oficiais civis; etc.

Que diferença existe entre «laicismo» e «laicidade»?

Embora denotem conceitos marcadamente modernas, «*laicismo*» e «*laicidade*» são palavras formadas a partir da língua grega clássica, onde havia dois modos diversos de designar o «povo»: «*ethnos*» (adj: «*etnikos*») e «*laos*» (adj: «*laikos*»). O conceito do «*ethnos*» pressupunha a existência de uma identidade partilhada por parte da população a que se referia – por exemplo: os *Atenienses*, os

O POVO de GUIMARÃES – 29-12-2006

Espartanos, os Gregos, etc. constituíam diferentes «*ethnias*», diferentes grupos populacionais identitariamente demarcados; a expressão «*laos*» designava a ideia de «povo» no seu sentido universal, ou seja, no sentido de «toda a gente» sem qualquer excepção. «*Laicismo*» e «*laicidade*» são palavras formadas recentemente a partir desse étimo grego «*laos*» para designar modos de organização social e de estruturação política que têm claramente vindo a ganhar corpo e sentido à medida que as sociedades urbanas que caracterizam o mundo actual se têm vindo a complexificar.

O «*laicismo*» e a «*laicidade*» constituem assim concepções sociais e políticas modernas que visam a construção de sociedades não-étnicas, de sociedades cosmopolitas, de sociedades *livres, abertas e inclusivas*, onde nenhum grupo social de aspiração dominante se possa impor, autoritária e totalitariamente, aos demais elementos que a integram; uma sociedade que se constitua em torno de um *espaço público* que seja efectivamente pertença de todos os indivíduos que nela convivem, quer os que nela nasceram, quer os que a ela entretanto se arrimaram, sem excepção, todos eles isentos de constrangimentos de tipo identitário.

O «*laicismo*» constitui-se, assim, como um princípio, uma ideologia de matriz claramente moderna e humanista que, ao valorizar as dimensões mais universais do ser humano, entendido na sua individualidade plural, tem um sentido contrário ao *etnicismo* ou, melhor, aos *etnicismos – regionalismos, nacionalismos, etc.* – que, acima de tudo, valorizam as diferenças e os particularismos por que se podem afirmar os diferentes grupos humanos. A «*laicidade*» designa os diferentes modos concretos de esse princípio ser levado à prática e opõe-se à *etnicidade* que releva muito especialmente as diferenças e as identidades de grupo.

«A LAICIDADE TENDE A TORNAR-SE INEVITÁVEL»

Qual a importância da «laicidade» actualmente? A problemática da «laicidade» em Portugal põe-se? Porquê?

O Mundo, a Europa, o Portugal em que hoje vivemos são muitíssimo diferentes daqueles que existiam há 30, 40 ou 50 anos e é de esperar que assim prossigam em processo, vertiginoso e aberto, de transformação. Estamos, planetariamente e enquanto Humanidade, a entrar numa primeira «época global», num tempo em que as fronteiras se esbatem ou são mesmo eliminadas, em que as distâncias entre lugares e pessoas estão a ser fortemente encurtadas ou até a desaparecer. Vivemos cada vez mais em aglomerados urbanos imensos, enformados por novos padrões comportamentais, onde uma dimensão individual – e a ampla liberdade pessoal que ela convoca – encontra franco reconhecimento e incentivo. As sociedades tendem, pois, a permeabilizar-se entre si, a propiciar intensas trocas e profundas mudanças internas e externas; a englobar e a articular no seu

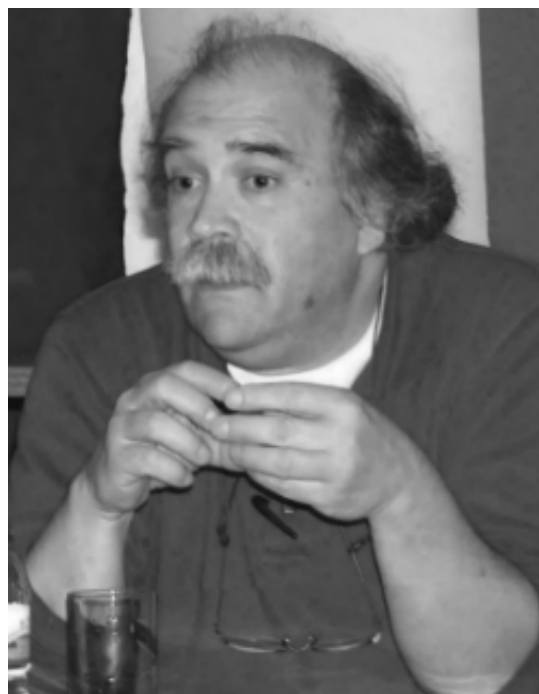
O POVO de GUIMARÃES – 29-12-2006

seio, individualmente ou em grupo, pessoas marcadamente diferentes; estão, enfim, «condenadas» a ter de aceitar, pacificamente, dentro de si muitos e variados modos de ser e de estar, pelo que se devem estabelecer como sociedades abertas e inclusivas (não étnicas), onde o cosmopolitismo e a convivialidade – a «laicidade», em suma – constituam a grande regra.

Portugal, à sua dimensão e com a sua história e cultura próprias, não se pode eximir a este tempo e a este processo de crescimento e progresso social e político que tende rapidamente a afectar todos os povos da Terra.

Num momento em que se reinicia o debate em torno da liberalização do aborto, qual a posição da R&L quanto a esta problemática?

Dentro da R&L, como é de esperar que aconteça numa associação que visa promover a liberdade de consciência e o convívio pacífico entre a pluralidade de convicções, existem assumidamente representadas ambas as tendências de opção de voto possíveis («sim»/«não») face à questão que vai ser brevemente referendada entre os portugueses e onde se vai decidir sobre a descriminalização, ou não, da interrupção voluntária da gravidez em determinadas circunstâncias. Desse modo, tem-nos vindo a parecer muito adequado que a associação não tome uma posição clara e definitiva – uma posição que nunca poderia ser unânime – sobre aquela matéria, aceitando, antes, restringir a sua actuação às questões formais envolvidas na realização daquela consulta democrática.



Assim sendo, para além dos debates que promove para discutir os vários e complexos aspectos envolvidos na questão em apreço no próximo referendo, a R&L tem vindo a pugnar pela mais ampla participação cívica nessa consulta democrática e pela escrupulosa isenção que deve ser assegurada em todo o seu processo. Foi nesse sentido que, oportunamente, veio chamar a atenção da Comissão Nacional de Eleições para a eventualidade da existência de símbolos religiosos católicos em salas de juntas de freguesia ou de escolas públicas onde vão funcionar as assembleias de voto, problema esse que veio a merecer o melhor acolhimento por parte daquela instância que já veio esclarecer que só os símbolos da República devem poder estar presentes naqueles espaços.

O POVO de GUIMARÃES – 29-12-2006

Temáticas como a interdição de fumar em locais públicos são, para esta Associação, questões que a interpelam e motivam a discussão. Que relação têm estes temas com os valores que a Associação defende?

Muito frequentemente, a opinião pública tende a reduzir a R&L às posições anti-clericais que defende, esquecendo as muitas outras perspectivas que ela também procura incentivar e promover. A questão do tabaco em espaços públicos constitui um bom exemplo de aplicação dos princípios «laicistas» a uma situação muito usual e que em nada se pode relacionar com a questão religiosa.

Na verdade o acto, hoje ainda tão frequente de os fumadores de tabaco se permitirem – e de também lhes ser permitido – o fumar sem restrições em espaços públicos levanta um grave «conflito de liberdades»: o fumador que livremente tome a opção de aí fumar priva objectivamente os não fumadores que se encontrem por perto de qualquer efectiva opção de escolha. Assim, em termos «laicos», perante o óbvio conflito existente entre a liberdade do fumador fumar e a liberdade de o não fumador não fumar, deve prevalecer uma solução de compromisso que, instituindo a regra da interdição para o fumador de fumar na generalidade dos espaços públicos e remetendo o exercício da sua opção de fumar para um espaço reservado para esse efeito – um espaço «privado» do grupo dos fumadores –, menos afecta a ambos os interessados, permitindo, afinal, a expressão condicionada de ambas as possibilidades de escolha.